

Por uma reestruturação de Políticas Públicas no ICMBio que favoreça a sustentabilidade

For a restructuring of Public Policies at ICMBio that favors sustainability

EURIPEDES PONTES JUNIOR¹, BERNARDO MACHADO GONTIJO² & HELENA ALBUQUERQUE³

¹Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio/Brasil; ²Departamento de Geografia - Instituto de Geociências / Universidade Federal de Minas Gerais; ³REMIT, Departamento de Turismo, Património e Cultura, Universidade Portucalense

Contacting author: epj@ufmg.br

Palavras-chave | Comunidade local, Contratos, Parcerias, Co-gestão, Sustentabilidade

Objetivos | A pesquisa visa analisar o comportamento gerencial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio com relação a como a instituição maneja os recursos disponíveis frente aos desafios de sua Missão com ênfase naquilo que se relaciona com as populações locais. Especificamente busca-se identificar e analisar o orçamento da Instituição; analisar os principais centros de custos do ICMBio; identificar e analisar aspectos gerenciais das terceirizações no ICMBio e sua relação com as comunidades locais bem como avaliar se há alternativas que tragam maior alinhamento entre a Missão Institucional e a sustentabilidade.

Metodologia | A pesquisa, de cunho materialista histórico dialético, centra-se na obtenção e análise de dados relacionados a gestão administrativa do ICMBio e sua relação com as comunidades do interior/entorno das Unidades de Conservação, através de métodos qualitativos. Para tanto, utilizou-se de métodos arquivistas, em consulta a dados disponibilizados pelo Governo Federal para realizar as análises focadas em orçamentos e contratos administrativos do ICMBio. Análises sobre como a população local é tratada pela administração do ICMBio nos contratos e orçamentos complementam o quadro geral objeto da pesquisa.

Principais resultados e contributos | O ICMBio possui um orçamento anual próximo de R\$700 milhões e a relação orçamento ICMBio/orçamento União demonstra que nos últimos dez anos tem ocorrido um visível decaimento, saindo de 0,025% em 2013 para 0,016% em 2023. Interrompem este decaimento decenal dois picos de recursos em 2017 e 2019, anos em que o pagamento de precatórios foi bastante expressivo. Estes precatórios, em sua maioria, estão voltados aos processos de regularização fundiária das Unidades de Conservação. Por outro lado, existem também precatórios destinados a indenizar trabalhadores das empresas terceirizadas lesados em

seus direitos. Os dados apresentados acima demonstram haver margem para aperfeiçoamento na prática gerencial adotada pelo ICMBio, uma vez que há grande perda de recursos financeiros que poderiam estar sendo utilizados para alavancar modelos com maiores níveis de governança institucional, onde a população local poderia figurar com maior importância do que simples empregados terceirizados. Tal assertiva se deve ao fato de que a Instituição está tendo despesas dobradas, uma vez que na contratação das empresas terceirizadas, tem-se embutido no valor de posto de trabalho as verbas obrigatórias como pagamentos de direitos trabalhistas, que como visto, não foram pagos pelas empresas, tendo a Instituição ter que arcar novamente com tais custos. Segundo porque a média do valor do salário do trabalhador é cerca de $\frac{1}{4}$ do valor do posto, haja visto que neste são incutidos diversas outras despesas. Desta forma, $\frac{3}{4}$ do que foi gasto com a contratação das empresas não fica no local, não contribuindo desta forma para dinamizar economia na região da UC. Ainda há de se levar em conta a estagnação social com este tipo de relação, onde as chances de melhorias de qualidade de vida dos trabalhadores são muito restritas e ainda para um pequeno grupo de pessoas da comunidade. Por sua vez, a análise dos principais centros de custos da Instituição demonstra que as despesas administrativas cotidianas, como vigilância, limpeza e apoio administrativo são de ordem muito superior às despesas da área fim, como manejo para conservação, pesquisa, educação ambiental e afins. A exceção a este padrão se dá com as despesas com incêndios florestais e fiscalização, que são despesas menores do que as administrativas e cujo foco está na atuação na consequência e não na causa. Complementa o quadro o fato de o ICMBio ter uma média de um servidor para 40 mil hectares, o que praticamente inviabiliza a gestão da área, levando a se ter grandes vazios institucionais onde a pouca presença sistematizada leva a situações de inexistência de dados para a gestão. Por sua vez, a legislação brasileira tem na Lei 13.019/2014 a possibilidade de se realizar parcerias com as Organizações da Sociedade Civil - OSC, com ou sem repasse de verbas públicas. Logo, parece ser viável se escolher o caminho das parcerias ao invés das contratações por licitação de menor preço. Isto porque primeiramente todo o recurso iria para a região; também não há impedimentos de que a parceria tenha que realizar estritamente uma única atividade, como o é nas licitações. Ao contrário, toda uma gama de atividades pode ser colocada em prática, desde fomentos de arranjos produtivos locais, a ecoturismo, dentre tantos possíveis. Nestas situações, a comunidade local passaria a ser elevada a graus maiores de importância do que um simples empregado, onde é possível que seu comprometimento com o manejo adequado da área seja cada vez maior. Ademais, as parcerias podem se dar em rede e exigir também contrapartidas e com isto a instituição aumentaria muito sua governança como um todo. Por fim, organizações sociais locais podem captar verbas, pois seria parceria e ao invés de se limitar a repasses do ICMBio, pode inclusive em um futuro superar tais verbas com seus próprios mecanismos.

Limitações | Pela dimensão do artigo, não é possível apresentar toda a modelagem que envolve cálculos em diferentes fases de maturação bem como instrumentos de gestão da parceria.

Conclusões | Demonstra-se ser viável a troca do modelo de contratação por licitação menor preço para o modelo parceria com OSC, onde tal mecanismo irá propiciar um melhor acoplamento estrutural entre ICMBio e comunidade local, um caminho para se alcançar a missão institucional e a sustentabilidade.

Agradecimentos | Os autores agradecem à CAPES (Código 0001) e ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais pelas condições possibilitadas para discussão da proposta. Esta investigação foi apoiada pelo Contrato-Programa UIDB/05105/2020 e financiada por fundos nacionais através da FCT, I.P.

Referências

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. (2023). *Painéis Dinâmicos de Informações do ICMBio*. Disponível em <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-do-icmbio>

Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. (2023). Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true.

Tesouro Transparente. (2023). Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/sistema-de-custos>